

DAS TRIBOS ÍNDIGENAS À URBANIZAÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO MAÇICO DA PEDRA BRANCA¹

Henrique Fürstenau Togashi

Doutorando em Biologia
Macquarie University (Sydney, AUS)²
furstenautogashi.henrique@mq.edu.au

Resumo

Este trabalho busca uma interpretação da paisagem do maciço da Pedra Branca, desde seus primeiros habitantes há 4 mil anos no passado até o presente século XXI, destacando-se as transformações do modo de vida tradicional concomitantes com uma crescente industrialização no século XX. Considera-se a paisagem como um recorte espacial onde se destacam forma (estrutura) e função (social e ecológica). A paisagem proposta é um constructo social e cultural. São determinantes a experiência e percepção individual e coletiva (sociedade), assim como as transformações pelo tempo. Exploram-se geografias do poder, invisíveis e sensoriais, além da ecologia da paisagem, em suas contribuições com a formação da paisagem do maciço da Pedra Branca.

Palavras-chave: Maciço da Pedra Branca, Transformação da Paisagem, Mata Atlântica.

FROM INDIGENOUS GROUPS TO URBANIZATION: THE LANDSCAPE TRANSFORMATION OF PEDRA BRANCA MASSIF

Abstract

This paper seeks for a landscape interpretation of the Pedra Branca massif, from its first inhabitants 4 thousand years ago to the present 21st century. In focus are the transformations in the traditional life simultaneously to a growing industrialization in the 20th century. The landscape is seen as a frame in the space constructed by pattern (structure) and function (social and ecologic). It is also cultural. The individual and collective (society) experiences determine the landscape as well as the transformations by the time. Geographies of power, invisible and sensorial geographies and landscape ecology are considered in their contributions for the actual landscape of the Pedra Branca massif.

Keywords: Pedra Branca Massif, Landscape Transformation, Atlantic Rain Forest.

Introdução

A paisagem atual do maciço da Pedra Branca é resultado da transformação de paisagens anteriores. O caráter dinâmico da paisagem é determinado pelas relações humanas entre si e com o ambiente em que vivem,

¹ Artigo produzido sob orientação dos Professores Ivaldo Lima, Rogério Ribeiro de Oliveira e Rita de Cássia Martins Montezuma, do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

² Financiamento sob forma de bolsa CAPES/PROSUP durante a realização deste artigo.

promovendo assim sua construção social. As transformações da paisagem são guiadas pela cultura e ao mesmo tempo a influencia, em uma relação de produtor e produto.

Os primeiros habitantes humanos do Rio de Janeiro foram populações indígenas que modelaram a paisagem com impacto moderado a partir da coleta e da agricultura de subsistência. A colonização a partir do século XVI imprimiu uma nova relação social e cultural, criando paisagens bastante diferenciadas das anteriores. A decadência do modelo de monoculturas modificou novamente a paisagem, tornando o maciço da Pedra Branca uma área rural “periférica” em relação ao centro urbano e permitindo o surgimento de novos modos de vida. A expansão urbana em direção à zona oeste a partir da década de 1970 alterou mais uma vez a paisagem local. Um processo de transformação da paisagem de grande magnitude que se encontra atualmente em curso.

Para compreender a paisagem, utilizando este conceito como ferramenta para planejamento e gestão, é necessário abarcar as muitas dimensões existentes na sua composição. Considera-se a paisagem do maciço da Pedra Branca, como forma (estrutura) e função (social e ecológica) de um recorte espacial, construído pelas transformações impostas pelo tempo, pela cultura, pela experiência, pela percepção e pelo poder. Incluem-se paisagens sensoriais e ocultas. Por fim, utilizam-se alguns conceitos da ecologia da paisagem como uma forma a mais de explorar as relações humanas e ecológicas na construção da paisagem.

Paisagem e ocupação do maciço da Pedra Branca

As primeiras civilizações no Estado do Rio de Janeiro são datadas em cerca de 4 mil anos no passado e a principal pista de sua existência é a presença de reservatórios de conchas chamados sambaquis. Durante o mesmo período, o controle do fogo teve início permitindo a origem do manejo de terras. Os sambaquieiros viviam principalmente da coleta de recursos fornecidos pelo mar e da prática da agricultura, sobretudo tubérculos, como forma complementar de alimentação. Após determinado tempo de uso do

ambiente, estas populações mudavam-se abandonando objetos de uso, adornos e sepulturas, todos criados a partir de rituais e simbologias próprias. Mais recentemente, durante o século XVI, conheceram-se as primeiras populações indígenas de que se tem notícia: os tupinambás (tradição Tupi) e a tribo goitacá (tradição Una), advindos da Amazônia, bem como os tamoios (CORRÊA, 1933; DEAN, 1996; GALINDO-LEAL e CÂMARA, 2005; SIMMONS, 2003).

A transformação desta paisagem pela exploração excessiva da floresta teve como marco o estabelecimento do modelo colonial por europeus a partir do século XVI. A substituição da cultura agrícola indígena pela agricultura permanente europeia em regime de monocultura aumentou demasiadamente a pressão sobre a floresta. As monoculturas da cana e do café pecavam por um alto desperdício dos recursos de terra, floresta e trabalho que eram abundantes e baratos (OLIVEIRA, 2005).

As grandes propriedades, ou freguesias que dominaram o Rio de Janeiro a partir do século XVI, com o passar do tempo foram sendo divididas por seus herdeiros e mudando para outros donos como foi o caso do loteamento da fazenda beneditina do Camorim que alcançava os bairros atuais de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim.

O início da cessão de pequenas roças para subsistência cedida aos escravos começou no século XVIII. A estes era permitido um máximo de quatro cabeças de gado, a falta de produtividade acarretava em expulsão, a sublocação era proibida, estava vedada a venda de madeira e o acesso do senhor aos recursos era irrestrito. O escravo poderia dedicar o trabalho para benefício próprio apenas durante os sábados e dias santos. O excedente poderia ser comercializado desde que não houvesse fins lucrativos. O foreiro era o escravo alforriado que deveria pagar o foro pelo arrendamento da terra. A necessidade de apresentar dinheiro como contrapartida de alforria é um indício de que o trabalho nestas roças de subsistência poderia auferir algum lucro (FRIDMAN, 1999; OLIVEIRA, 2005).

Estes trabalhadores indígenas, negros e mestiços; escravos e semiescravos viriam a ser a origem das denominadas populações tradicionais

da atualidade. Além de ocupar uma posição político-econômica periférica, os alijados foram acuados nas terras marginais. Limitados pela indisponibilidade de terras e fatores socioeconômicos, estas populações precariamente incluídas no modelo socioeconômico vigente desenvolveram particulares modo de ocupação da paisagem e uso dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2005; ADAMS, 2002; DIEGUES, 2002). Subsistiam aperfeiçoando técnicas patrimoniais de gerações anteriores, através de profundo conhecimento dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, simbologias, mitos e linguagem específica (DIEGUES, 2002).

No Rio de Janeiro, as economias do açúcar e do café prosperaram apenas brevemente. A atividade dos portos no transporte de mercadorias para Portugal era intensa mas a produção alternou poucos momentos de superexploração das matas com uma relativa estagnação, redução populacional, simplificação das atividades agrícolas e aumento do número de pequenas comunidades. Nos períodos de intensa atividade econômica, os excluídos eram recrutados para trabalhar; nos períodos de estagnação, geralmente voltavam a exercer suas atividades de subsistência (FRIDMAN, 1999; ADAMS, 2002).

Vale ressaltar que as técnicas de pesca no litoral e plantio coivara³ são derivadas de raízes históricas em sua maior parte indígenas, e africanas. Sua base alimentar que em parte se mantém até os dias atuais provém de frutos do mar, culturas de milho, mandioca, abóbora, feijões, amendoim, batata-doce, banana, mamão, além das coletas do palmito, maracujá, pitanga e goiaba, (GALVÃO, 1957; ARRUDA, 2000; OLIVEIRA, 2005).

No final do século XIX a escravidão teve fim e o controle direto dos senhores e autoridades religiosas reduziu. Embora relativamente livres, esta

³ Cultura itinerante no sistema derrubada-fogo-plantio-pousio. Este tipo de apropriação humana da produção primária de energia (HABERL *et al.*, 2004) mostra-se viável no sentido de conservar a autorregulação do sistema, permitindo a recuperação da produção primária de energia por parte dos processos ecológicos a partir do baixo impacto de implantação dos cultivos. Energia que poderá posteriormente ser utilizada sem que isso cause um desequilíbrio no sentido de um esgotamento do ciclo energético. O abandono das roças proporciona vigorosa rebrota de tocos de árvores derrubadas. O uso do fogo para roças de subsistência já era utilizado por indígenas e populações americanas sem que houvesse o comprometimento do solo. Por outro lado, o efeito da criação de pastos é muito mais danoso que a agricultura de subsistência tradicional. Desta forma, a Mata Atlântica hoje considerada virgem ou primária, não esteve livre da influência humana em uma verdadeira coevolução (OLIVEIRA, 2005).

parcela da população manteve certa dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e com as autoridades locais. Passaram ao posto de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos (FRIDMAN, 1999; ARRUDA, 2000).

Durante o século XX, as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional reproduziram seus modelos de “cultura rústica”⁴, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde poderiam subsistir através dos recursos naturais menos explorados (FRIDMAN, 1999; ARRUDA, 2000).

Atualmente, a floresta sobre o maciço da Pedra Branca constitui um dos últimos remanescentes do bioma Mata Atlântica na cidade do Rio de Janeiro. Até a primeira metade do século XX, a ocupação no maciço da Pedra Branca e sua vizinhança tiveram um caráter rural, ao contrário de outros remanescentes como o maciço da Tijuca, que desde cedo sofreram as pressões da urbanização, por proximidade com as áreas centrais da ocupação colonial, e posteriormente do modelo desenvolvimentista brasileiro.

A partir da segunda metade do século XX, a atmosfera rural começou progressivamente a mesclar-se com o ambiente urbano. Este avanço urbano sobre a Zona Oeste foi firmado pelas delimitações imprimidas pelo Plano Piloto de Ordenamento de sua ocupação, de 1969. Acompanhou-se alta especulação imobiliária na baixada de Jacarepaguá. Os grandes eixos de expansão urbana do Rio de Janeiro foram traçados por Lúcio Costa em direção aos remanescentes florestais do maciço da Pedra Branca, área menos ocupada até então (FRIDMAN, 1999; SANTOS, 2007).

O processo de urbanização da vizinhança do maciço da Pedra Branca ainda não está consolidado mas encontra-se em andamento. Assim como a exploração colonial constituiu uma grande transformação nesta paisagem, o avanço urbano sobre uma área que começa a perder seus aspectos de ruralidade concretiza modificações na paisagem em magnitude igualmente grande.

⁴ Termo de Darcy Ribeiro, segundo Arruda (2000).

A paisagem cultural no maciço da Pedra Branca durante o século XX

O âmbito das transformações impostas pela urbanização crescente do maciço da Pedra Branca não é restrito ao estético, mesmo que este constitua uma das múltiplas dimensões existentes na paisagem. A paisagem⁵ não está livre de uma intencionalidade social (NOGUÉ, 2007). Ela possui a marca de uma cultura e simultaneamente a influencia. Ao mesmo tempo em que a paisagem é vista por um olhar ela determina essa experiência. Isso significa que ser “plurimodal (passiva, ativa, potencial)” é uma de suas características como também do sujeito para o qual ela existe. “A paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário que se autoproduct e se autoreproduz(sic) – e portanto se transforma” (BERQUE, 1998. p. 86). Esta transformação faz parte da cultura e seu sujeito é a sociedade, ou seja, um sujeito coletivo que condiciona as percepções individuais (BERQUE, 1998; WATSUJI, 2006).

A paisagem associada à cultura considera transformações materiais exercidas pelo uso do fogo, agricultura, domesticação de animais, domínio da hidráulica e também da cultura não material como religião, política, legislação, linguagem e simbolismo. Estes elementos humanos modificam a paisagem concomitantemente à produção da paisagem que segue um padrão cultural (além de econômica/ política) influenciando na disposição destes mesmos elementos na sua estrutura. Fazendas com casas de empregados e proprietários, celeiros, campos, praças nas cidades e igrejas possuem sua fisionomia totalmente dependente de processos culturais passados, modelando a paisagem do presente. Raízes socioculturais estabeleceram a divisão entre

⁵ Claval (2004) afirma que o surgimento do termo paisagem se deu nos Países Baixos durante o século XV, sob a forma de *landskip*, ou seja, uma forma de enquadramento em que os personagens têm um papel secundário. *Paysage* surge na França em 1551. Ao considerar o tratamento do termo pelos geógrafos, palavra alemã, mais antiga, tinha seu conteúdo mais abrangente e complexo que a francesa. Em um primeiro momento *paysage* estava associada ao sentido renascentista de “espaço que se observa de um golpe de vista”, uma abordagem exclusivamente estética (HOLZER, 1999). Posteriormente, a geografia francesa destituiu este sentido renascentista e aplicou o valor mais amplo. Após altos e baixos, a paisagem é revalorizada como conceito nas últimas décadas do século XX (GOMES, 1996), sendo especialmente explorada pela geografia cultural. Claval (2004) mostra que mais do que captar a “verdade”, o olhar geográfico deve dar conta das múltiplas dimensões existentes.

senhores e escravos, as necessidades dos modos de produção ou até uma dominação pela imponentia celestial (COSGROVE, 1998; CLAVAL, 2004).

A cultura é determinada e determinante das práticas humanas. “Qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura” (COSGROVE, 1998. p. 102). Uma forma de captar, de compreender a cultura é o conhecimento da linguagem e simbologia empregada nesta. Uma cruz em uma edificação geralmente significa que esta é uma igreja. Diferentes cruzes em outros estilos de edificações apontam para tipos específicos de Igreja (como instituição). Códigos de conduta de como atuar em um enterro, em uma festa, em um jogo de futebol ou ao visitar uma vila de pescadores são instintivamente incorporados por aqueles que estão inseridos ou são conhecedores da cultura local (COSGROVE, 1998; CLAVAL, 2004).

A atmosfera rural e o modo de vida na no século XX foram descritos por Corrêa (1933) e Galvão (1957) através dos habitantes e suas ocupações, que iriam perdurar até o fim do século. O trabalho dos balseiros atravessando turistas do continente até a restinga, passando pelas lagoas e mangues. Os pescadores com suas técnicas de lanceados (pesca em pé sobre a canoa), artefatos para pesca como redes e anzóis. Os pombeiros de peixe, ou vendedores, que cavalgavam até Irajá e Engenho Novo para pombear. A relação dos pescadores e a caça esporádica de jacarés, espécie que até os dias atuais se encontra na baixada de Jacarepaguá. Os machadeiros eram coordenados por empreiteiros para o corte da lenha. O transporte dos feixes de lenha se dava através de burros de cangalha. Era uma prática a preservação de árvores frutíferas para a alimentação da fauna como grumixamiras, pitangueiras, araçazeiros e cajueiros.

A lenha era a principal fonte energética e o carvão sua forma mais eficiente. Na época já existia também o processo de carbonização por cilindros fechados de lâminas de ferro mas a zona rural ainda não dispunha de tais processos. Utilizava-se do tradicional balão de carvão, também chamado de pilha (figura 1). Machadeiros tornavam-se carvoeiros por necessidade e trabalhavam por conta própria, por empreitada ou como assalariado. Nesta primitiva mas funcional indústria carvoeira, ainda havia o carbonizador,

responsável por encher e esvaziar os fornos; o cortador, um segundo homem que cortava a lenha; e o pinchador, cuja tarefa era utilizar o ancinho para pinchar a lenha. No topo da cadeia hierárquica estava o responsável por construir os fornos (CORRÊA, 1933; SANTOS, 2007).



Figura 1: Ilustração do balão de carvão utilizado na indústria carvoeira rural que empregava inclusive crianças – Fonte: CORRÊA (1933, p. 88).

A retirada de lenha e carvão foi de impacto expressivo nas décadas de 1940 a 1960. O objetivo era abastecer o crescente centro urbano do Rio de Janeiro. Passados os grandes ciclos econômicos, a agricultura de subsistência tomou lugar na Pedra Branca, sendo praticada por pequenos proprietários. Com o passar do tempo estes pequenos agricultores passaram a comercializar seus produtos em pontos próximos à vargem. O fornecimento destes produtos passou a ser parte importante do abastecimento da cidade criando inclusive uma relação de dependência (GALVÃO, 1957; FREITAS, CASTANHEIRA e FINGERL, 2005; ENGEMANN *et al.*, 2005b).

A paisagem sensorial no maciço da Pedra Branca durante o século XX

A visão é o sentido mais evocado para abarcar a paisagem mas por si só não é suficiente. A paisagem pode ser compreendida através da percepção,

resultado de uma experiência a partir dos cinco sentidos. Sentidos que por sua vez permitem experiências modeladas pela cultura, impregnando as representações de significados. Nogué (2007) chama a atenção para as paisagens sensoriais compostas do gosto, tato, olfato e audição. A concepção de paisagem ocidental, com sua modernidade e racionalismo, ignorou por muitas vezes a apreensão da paisagem além do sentido da visão, em uma busca moderna pela desodorização das paisagens. Em contrapartida, culturas orientais, como a japonesa, já há muito tempo consideram a necessidade em explorar mapas sonoros e de odores para se dar conta da paisagem.

Em relação à paisagem sensorial, uma das poucas exceções nas narrativas de Corrêa (1933) e Galvão (1957), explorando a paisagem além da visão, demonstra a atmosfera rural em um dia de domingo:

Ao longe se ouvia os sons de sinos a repicar alegremente, foguetes, cânticos religiosos. Era o dia do Santo. No largo da Igreja [capela de São Gonçalo do Amarante no Camorim], barracos de sapê vendendo doces e bebidas; o largo com bandeirolas de papel em galhardetes, dando um ar festivo ao encanto rural. Na igreja, um Padre barnabita da Freguesia de N. S. de Loreto, oficiava a missa; o templo estava cheio de fieis. (CORRÊA, 1933, p. 49)

Se por um lado os autores utilizaram raramente os cinco sentidos na descrição da paisagem da época, por outro não é difícil resgatar alguns elementos para a reconstrução histórica desta paisagem. No olhar do *soundscape*⁶ (NOGUÉ, 2007) estavam presentes os sons do cacarejar, dos sinos das igrejas, das cantorias e cirandas, das cigarras e pássaros da mata, das moendas de cana e de mandioca.

Galvão (1957) afirma que quase todas as casas dispunham de taxo e forno para a preparação de farinha de mandioca e Corrêa (1933) retrata a utilização em larga escala de fornos (balões) para a fabricação de carvão. O perfume de mato queimado certamente se misturava com o de esterco, dos numerosos galinheiros, dos cavalos, dos burros, dos bois, e da sua utilização como adubo nos diversos plantios (banana, laranja, chuchu, mamão, aipim, milho, batata doce, berinjela, alface e hortaliças tuberosas). O manejo da terra, a produção de subsistência, a construção artesanal das casas com barro e

⁶ Termo criado a partir da importância dos sons na constituição da paisagem. Na língua inglesa, o termo é resultado da fusão de *sound* (som) com *landscape* (paisagem).

madeira, a umidade promovida pela mata e pelas chuvas que já eram frequentes no Rio de Janeiro, constituíam as texturas mais óbvias que faziam parte da paisagem dos habitantes do maciço da Pedra Branca.

Como se pode perceber neste ponto, os cultivos de subsistência eram um dos principais elementos da paisagem. A cidade do Rio de Janeiro era parcialmente dependente desta produção e da lenha (GALVÃO, 1957; OLIVEIRA, 2005), os habitantes também o eram pois constituíam suas fontes de alimentação e de energia. Como a maior parte da alimentação era derivada da produção local, a banana, a farinha de mandioca, a laranja, a cachaça, a galinha caipira, o feijão e o milho respondiam pela paisagem gustativa do maciço da Pedra Branca.

A paisagem do maciço da Pedra Branca para um visitante não poderia ser composta da mesma maneira. Comerciantes do centro do Rio de Janeiro viajavam em seus caminhões até o *Sertão Carioca*⁷ para comprar a produção dos pequenos proprietários e revendê-la. Estes comerciantes certamente se deparavam com poucas mulheres já que seu trabalho era restrito ao interior das residências, fabricando cestos, esteiras e cuidando das crianças. Também não trabalhavam na terra acumulando calos e praticamente não entravam na floresta. Os sons mais ouvidos eram do burburinho das feiras onde negociavam a produção e do motor dos caminhões. O perfume misturado e a sensação tátil de do manuseio de vários vegetais e aves ao depositá-los em suas caçambas. A terra suspensa em partículas, e em forma de lama, contribuindo com a visão, olfato e tato nas estradas não pavimentadas. Uma paisagem rural mas a partir de uma representação urbana. A paisagem criada a partir da experiência cultural individual condicionada pela sociedade urbana em que se inseriam os comerciantes urbanos.

A paisagem se transformou principalmente depois dos anos 1970, mas parte desta atmosfera rural mantém-se nos dias de hoje. Ainda existem na paisagem o cacarejo dos galos, alguns poucos cultivos em terras planas fora do Parque Estadual da Pedra Branca, os encontros na praça da capela de São Gonçalo do Amarante no Camorim, o som das cigarras, o cheiro da mata e a

⁷ Definição de Corrêa (1933) para a zona oeste rural do Rio de Janeiro.

sensação da alta umidade proporcionada pela mesma. Para alguns moradores, os elementos desta atmosfera rural ainda existente constituem uma paisagem nostálgica. Paisagem rural e nostálgica também buscada por moradores da cidade que escolheram no final do século passado mudar-se para Vargem Grande, Vargem Pequena e Recreio dos Bandeirantes. Para outros, sua substituição é apenas mais uma etapa em uma almejada integração à paisagem urbana.

Paisagens invisíveis: o poder no maciço da Pedra Branca

Em 1974, a lei estadual 2.377 criou Estadual da Pedra Branca (PEPB). A unidade de conservação conta com 12.398 ha (16% do município do Rio de Janeiro). Seu limite oficial é a cota de 100m, englobando assim, cerca de 70% do maciço (OLIVEIRA, 2005; SANTOS, 2007; RIO DE JANEIRO, 1974). O PEPB é uma unidade de conservação de proteção integral (BRASIL, 1988) em que a ideia básica ancora-se no modelo americano de Yellowstone de 1872 no qual a preservação da fauna e da flora deve ser protegida da destruição provocada pela ação humana (DIEGUES, 2002). Este na verdade é um jogo entre diversos atores sociais no sentido de imposição de seus interesses e transborda qualquer tipo de fronteira, estando presente no sentido político, econômico e mesmo em questões como sexo, idade e etnicidade. As representações culturais são assim dependentes das relações de poder da sociedade.

“Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo (COSGROVE, 1998. p. 104)” criando uma hegemonia cultural. Isso se concretiza na medida em que suposições culturais dos dominadores parecem simplesmente senso comum. Harvey (1989, p. 198) o chama de “mito realizado”. A classe dominante detém o controle dos meios de produção e capital enquanto que os dominados possuem a força de trabalho. O controle dos meios de produção dita as regras e o excedente concentrado socialmente reflete na concentração espacial. Sua capacidade de projetar e comunicar aloca os recursos da forma mais conveniente determinando assim a construção da espacialidade, e logo da paisagem (COSGROVE, 1998; SIMMONS, 2003).

Este jogo de poder utiliza a estrutura e função da paisagem para seu estabelecimento e legitimação (FORMAN e GODRON, 1986; HAESBAERT, 2002; FERREIRA, 2007).

No caso do maciço da Pedra Branca, a busca por espaços para o crescimento urbano se sobrepôs à ocupação de populações rurais com pouca força de participação nos processos decisórios da sociedade desenvolvimentista brasileira.

Segundo Diegues (2002, p. 69), afirmações no livro “Os Parques Nacionais do Brasil”, de 1979 – de autoria da então diretora do IBDF – refletem a política ambiental brasileira implementada naquele momento. Neste, constavam referências aos moradores anteriores às áreas dos parques nacionais como posseiros e devastadores, além de um problema a ser vencido e removido, preparando assim os parques à recreação e ao turismo. A criação do PEPB reduziu drasticamente o sistema de lavoura derrubada-pousio-plantio no maciço, permitindo que a sucessão ecológica promovesse a regeneração destas clareiras. Por outro lado, a questão fundiária não foi resolvida pois grande parte da população local ainda vive no interior do PEPB. O cultivo agrícola familiar de subsistência, incluindo a cultura de bananas assumiu um caráter semiclandestino (OLIVEIRA, 2005), criando uma nova face na geografia local: uma paisagem invisível pela existência de atividades ilegais (NOGUÉ, 2007).

A variedade do cultivo agrícola reduziu. Não se encontra mais vendedores da produção local, à exceção da Grota Funda que junto à Serra de Guaratiba possui remanescentes florestais fora da área do PEPB. No interior do PEPB não é possível encontrar roças coivaras. Não há lavradores com seus cultivos de subsistência. No entanto, os habitantes locais continuam dependendo dos recursos florestais que são agora apenas complementos à alimentação. A utilização destes recursos passou a ser oculta, uma atividade ilegal. O conhecimento tradicional, passado oralmente através das gerações, passou a concentrar-se muito mais nas propriedades medicinais e coleta do que lavouras no sistema coivara.

Trinta anos depois da proibição, algumas encostas ainda são repletas de bananeiras. Árvores frutíferas exóticas como a jaqueira e o abacateiro estão presentes em quantidade considerável (SOLÓRZANO, OLIVEIRA e GUEDES-BRUNI, 2005). A presença de áreas relativamente extensas com estágios florestais sucessionais iniciais, com até 10 anos de idade, demonstra que o manejo da floresta ainda é recorrente. Abreu (2006) relata uma área no maciço utilizada como pasto, em que a presença de gado acabou há menos de 5 anos. Da mesma forma, para a bananeira continuar existindo, é necessário o seu corte após a retirada dos frutos. O estágio sucessional e estrutura da cobertura vegetal demonstram que novas relações passaram a construir a paisagem do maciço da Pedra Branca.

A grande heterogeneidade da floresta, característica comum às florestas tropicais e subtropicais, forma uma mata em que as árvores conjuntamente constituem uma unidade, uma paisagem visível, escondendo o individual do olhar e conservando um ar de mistério. No entanto, O observador só se dá conta de que a paisagem visível oculta outras paisagens invisíveis quando se sente dentro da paisagem (NEL-LO, 2007), tornando possível o reconhecimento da presença árvores isoladas e pequenos fragmentos manejados.

A interpretação da paisagem no maciço da Pedra Branca: uma contribuição da ecologia da paisagem

A ecologia da paisagem⁸ busca enfatizar o estudo da influência do homem sobre a paisagem e sua gestão, além de contemplar a importância do contexto espacial nos processos ecológicos, através de variadas escalas. A disciplina possui um forte foco na investigação da paisagem através de sua

⁸ Expressão cunhada por Carl Troll (1982) em 1939. Metzger (2001) aponta para duas principais abordagens na ecologia da paisagem, a geográfica e a ecológica. A primeira, impulsionada por Troll e pesquisadores da Europa Oriental e Alemanha, preocupa-se com questões da paisagem cultural – integra ciências sociológicas, geofísicas e biológicas. A segunda, mais recente (década de 1980), popularizou-se nos Estados Unidos, tentando adaptar a teoria de biogeografia de ilhas para o planejamento de reservas naturais. Beneficiou-se com o advento das imagens de satélite e de análises geobioestatísticas.

estrutura, funcionalidade e transformação ao longo do tempo (FORMAN e GODRON, 1986; METZGER, 2001; TURNER, GARDNER e O'NEIL, 2001).

Forman e Godron (1986, p. 3) relacionam os princípios da paisagem da seguinte forma: “Um ciclo de retroalimentação sem fim. A funcionalidade passada produziu a estrutura do presente; a estrutura do presente produz a funcionalidade do presente; a funcionalidade do presente produzirá a estrutura do futuro.” Seu desenvolvimento resulta basicamente de três mecanismos atuantes nos limites da paisagem: processos geomorfológicos específicos ao longo do tempo, formas de colonização dos organismos e distúrbios em ecossistemas durante curto espaço de tempo (FORMAN e GODRON, 1986; PICKETT e CADENASSO, 1995). Para a interpretação da paisagem pretendida, os últimos dois mecanismos são melhor aproveitados. Segundo o exposto até aqui, a cobertura vegetal do maciço da Pedra Branca é um mosaico em variados estágios sucessionais e diferentes espécies vegetais (estrutura). A grande magnitude desta heterogeneidade foi modelada através do tempo pela ação humana através de sua cultura e simbolismos.

Durante a exploração colonial, a superexploração da mata e o abandono de áreas abertas para a monocultura de cana e café pela exaustão da terra marcaram a paisagem criando fragmentos⁹ de vegetação em estágio secundário inicial. Não se tem exata noção da magnitude da exploração das florestas mas Frei José Mariano da Conceição Veloso relata em 1798 o esgotamento da terra na busca pela modernização brasileira: “As matas são finitas. Quantos engenhos de açúcar não têm deixado de existir pela falta deste combustível?” (VELOSO, 1798, p. 14). Oliveira e Engemann (2011) e Engemann *et al.* (2005a) mostram que através de relatórios trienais a respeito

⁹ Fragmentos são áreas não lineares que diferem em aparência do seu entorno e geralmente produzidos por distúrbio. Variam em tamanho, forma, tipo e características de borda. Estão contidos em uma matriz que possui composição e estruturas diferentes. Fragmento e matriz são conceitos relativos e dependem da escala de observação. Seguem a lógica: uma heterogeneidade (fragmento) em uma homogeneidade (matriz). Em áreas muito fragmentadas, pode tornar-se difícil distinguir a matriz do fragmento (FORMAN e GODRON, 1986). A matriz neste caso relaciona-se com o conceito de Berque (1998) mas não necessariamente tem o mesmo significado. Segundo o autor, “A paisagem é marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura” (BERQUE, 1998, p. 84-85). A matriz e fragmento de Forman e Godron (1986) são marcas (estrutura de Berque [1998]) construídas socialmente e culturalmente (matriz de Berque [1998]).

das posses do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, foi possível levantar que para atender o consumo de lenha anual de um engenho (4.200 m.³) abatiam-se florestas de 4 a 21 ha. ano⁻¹. Pode-se ter uma ideia então do impacto da atividade açucareira sobre a Mata Atlântica ao cruzar com outro dado: existiam 131 engenhos em funcionamento no início do século XVIII. Este fato induz a uma questão: as florestas nesta época eram uma matriz (FORMAN e GODRON, 1986) na paisagem ou já constituíam fragmentos em meio a áreas devastadas?

Durante o século XX, a utilização da derrubada-pousio-plantio, apesar de constituir um sistema que preservava o solo, limitava o avanço da sucessão ecológica. Uma área não exaurida recupera-se em torno de 20 anos após o abandono, alcançando o início de um estágio sucessional tardio (GUARIGUATA e OSTERTAG, 2001). Após este período, esta área já está apta ao retorno da lavoura coivara. A reocupação desta área não comprometerá funções ecológicas como produtividade primária, interceptação vegetal de chuva, fornecimento de alimentos ou outras, mas impedirá o avanço vegetal ao nível climático que se inicia em pelo menos 100 anos de regeneração. Portanto, a ocupação do maciço da Pedra Branca por populações tradicionais e sua cultura autóctone amenizaram abruptas rupturas entre matrizes e fragmentos (FORMAN e GODRON, 1986) mas contribuíram para sua manutenção em forma de paisagem oculta, no mesmo sentido trabalhado por Nel-Lo (2007). Paisagem oculta não parcialmente construída por atividades ilegais (como posteriormente) mas no sentido de que a estrutura da floresta era um produto cultural, e não um retorno ao seu estado prístino, que correspondia a paisagem do olhar urbano.

Se havia alguma dúvida, no século XXI, o avanço da urbanização consolidou a condição do maciço da Pedra Branca como um fragmento dentro da matriz (segundo Forman e Godron [1986]) urbana. Ao mesmo tempo a matriz (segundo Berque [1998]) urbana mistura-se à matriz rural na produção da paisagem. Os esquemas de percepção, de concepção e de ação urbanos são gradualmente e rapidamente inseridos na paisagem até então rural do maciço da Pedra Branca. Seus vetores foram o plano Lucio Costa e o PEPB.

No entanto, as marcas na paisagem são como palimpsestos¹⁰ (NOGUÉ, 2007). Mesmo com a refuncionalização de um espaço, rastros da paisagem anterior permanecem, mesmo que por vezes seja extremamente difícil reconhecê-los.

Um olhar mais atento perceberá que o gás ainda é vendido de porta em porta em boa parte do bairro do Camorim. O vendedor anuncia sua chegada com música característica, oferecendo gás àqueles ainda não inseridos na rede urbana de distribuição. As pichações nos muros chegaram às casas. No entanto, as paredes da capela de São Gonçalo do Amarante estão sempre brancas pois seu valor simbólico foi mantido, passado pelas gerações anteriores. Nas ruas interiores, a pavimentação é precária, não há sinais de trânsito nem valem as leis do tráfego da cidade, não há fiscalização e todas as ruas são de mão dupla, mesmo que sua largura só permita um carro. A movimentação dos veículos “simplesmente” funciona, pela força de consenso popular e ainda não pelo adensamento urbano. A relação local com a floresta não é mais a mesma mas seus sons, o cheiro da terra molhada pela chuva e a amenização do clima ainda estão presentes nesta paisagem.

No interior do PEPB, vestígios de carvão e áreas manualmente aplainadas, remanescentes da prática carvoeira do balão, estão espalhadas por toda parte. Há ainda a existência de diversas ruínas de casas. Foram encontrados, em escavações feitas na Floresta do Camorim, objetos das décadas de 1940 e 1950, como garrafas, painéis, enxada, ciscador (espécie de ancinho), e mesmo de frações de balões de carvão (SOLÓRZANO, OLIVEIRA e GUEDES-BRUNI, 2005). Todos constituem rastros quase apagados mas presentes na paisagem atual. Uma paisagem meio urbana meio rural em vias de transformações radicais.

Considerações finais

A metáfora do palimpsesto retrata bem a construção de uma paisagem: vestígios anteriores não podem ser totalmente apagados. Mesmo a sobreposição radical de uma paisagem sobre a outra não implica em substituição completa mas sim transformação. A paisagem portanto tem caráter

¹⁰ Oliveira (2005) utilize a expressão sobreposição de paleoterritórios.

dinâmico. Estruturas materiais podem sumir, por vezes até completamente, mas a construção social da paisagem mantém-se através de nomes, denominações, tradições, simbolismos, enfim, marcas da cultura em geral.

A paisagem atual do maciço da Pedra Branca não é uma exceção. Ao longo do tempo, diferentes paisagens foram se transformando a partir da interação humana com os aspectos ecológicos presentes. Houve a paisagem dos índios coletores e agricultores antes da paisagem colonial iniciada no século XVI. A decadência das grandes unidades monocultoras e o estabelecimento de pequenas propriedades promoveu uma maior heterogeneidade na paisagem pois cada lavrador passou a utilizar a terra segundo suas possibilidades econômicas. No final do século XX, o avanço urbano da cidade do Rio de Janeiro impôs uma nova dinâmica social refletindo diretamente na constituição da paisagem do maciço da Pedra Branca.

A composição da paisagem se dá principalmente pela forma (estrutura) e função (social e ecológica). No entanto, geografias do poder exercem influência indiscutível nesta construção na medida em que a sociedade é um sujeito que condiciona a cultura e práticas de sobrevivência. A criação do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), uma ferramenta administrativa e de legitimação do interesse de certos grupos, contribuiu na transformação da paisagem, tornando ilegais as práticas culturais de subsistência existentes. Estas por sua vez tornaram-se uma das duas paisagens ocultas descritas neste texto: A clandestinidade dos cultivos de banana.

A outra paisagem invisível é anterior ao PEPB mas não deixou de existir nos dias atuais. Os diferentes manejos da terra, devastando a floresta mais ou menos modelaram a cobertura vegetal. Esta cobertura vegetal é um produto da necessidade humana de consumo de alimentos, habitação e energia mas esta construção da paisagem não era e não é percebida por todos segmentos da sociedade. Durante a ocupação do maciço da Pedra Branca por populações tradicionais, a maior parte da sociedade urbana considerou esta paisagem uma floresta prístina, contribuindo inclusive para a criação do PEPB. No entanto, paisagens visíveis podem ser reconhecidas dentro da paisagem invisível

quando se reconhece a introdução de elementos como as bananeiras, jaqueiras ou mesmo estados sucessionais diferentes em grandes extensões.

Por fim, explorar as paisagens sensoriais olfativas, táteis, sonoras e gustativas, pouco evocadas no ocidente, contribui para uma melhor interpretação da paisagem adicionando novas dimensões ao olhar. Olhar que por sua vez não se restringe à visão. Reconhecer a construção da paisagem a partir da percepção e da experiência permite alcançar paisagens ocultas que são menos óbvias mas não menos importantes. O planejamento e gestão inteligente para a mitigação dos impactos negativos no processo de urbanização da paisagem rural do maciço da Pedra Branca dependem de uma compreensão o mais completa possível da sua paisagem.

Referências

- ABREU, J.R.S.P. **Dinâmica da serrapilheira em um trecho de floresta atlântica em área urbana do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFRRJ, Seropédica, 2006.
- ADAMS, C. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 4., 2002, Recife. **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia: Palestras convidadas**. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002. p. 27-43.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *In*: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação da natureza: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 273-290.
- BERQUE, A. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BRASIL (1988), **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil, Senado, Brasília, DF.
- CLAVAL, P. A paisagem dos Geógrafos. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Paisagens, texto e identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74.
- CORRÊA, A. M. O Sertão Carioca. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 167, 1933. p.1-312.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda a parte. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2002.

ENGEMANN, C.; CHAGAS, J.; SANTOS, R. S.; BORGES, A. C.; OLIVEIRA, R. R. Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do engenho do Camorim, RJ. *In: OLIVEIRA, R. R. (Org.). **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de mata atlântica.*** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 107-128.

ENGEMANN, C.; SILVEIRA, A. M. R.; OLIVEIRA, R. R. Magalhães Corrêa, o viajante do século XX. *In: OLIVEIRA, R. R. (Org.). **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de mata atlântica.*** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 71-79.

FERREIRA, A. Dominação e apropriação no espaço social: entre a ordem próxima e a ordem distante. *In: **Conferencia Internacional Aspectos Culturales en las Geografías Económicas, Sociales y Políticas*** - UGI, 2007, Buenos Aires. Anais da Conferencia Internacional Aspectos Culturales en las Geografías Económicas, Sociales y Políticas - UGI, 2007.

FORMAN, R. T. T.; GODRON, R. **Landscape Ecology.** Nova York: John Wiley & Sons, 1986.

FREITAS, M. M.; CASTANHEIRA, M. V. S.; FINGERL, F. R. A influência dos remanescentes agro-pastoris do maciço da Pedra Branca na dinâmica hidrológica das encostas. *In: OLIVEIRA, R. R. (Org.). **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de mata atlântica.*** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 130-150.

FRIDMAN, F. **Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Garamond, 1999.

GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I. G. **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas.** Belo Horizonte: Conservação Internacional; São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2005.

GALVÃO, M. C. Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 34, 1957. p. 36-60.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUARIGUATA, M. R.; OSTERTAG, R. Neotropical secondary forest succession: changes in structural and functional characteristics. **Forest Ecology and Management**, Amsterdã, v. 148, 2001. p. 185-206.

HABERL, H.; FISCHER-KOWALSKI, M.; KRAUSMANN, F.; WEISZ, H.; WINIWARTER, V. Progress towards sustainability?: what the conceptual framework of material and energy flow accounting (MEFA) can offer. **Land Use Policy**, Amsterdã, v. 21, n. 3, 2004. p.199-213.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto; Niterói: EdUFF, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

HOLZER, W. Paisagem, imaginário e identidade: alternativas para o estudo geográfico. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-168.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens?. **Biota Neotrópica**, Campinas, v. 1, n. 1-2, 2001. p. 1-9.

NEL-LO, O. La ciudad, paisaje invisible. *In*: NOGUÉ, J. (Ed.) **La construcción social del paisaje**. Madri: Biblioteca Nueva, 2007. p. 181-196. (Paysage y teoría).

NOGUÉ, J. El paisaje como constructo social. *In*: NOGUÉ, J. (Ed.) **La construcción social del paisaje**. Madri: Biblioteca Nueva, 2007. p. 11-24. (Paysage y teoría).

OLIVEIRA, R. R. Os cenários da paisagem. *In*: OLIVEIRA, R. R. (Org.). **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de mata atlântica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p 23-34.

OLIVEIRA, R. R.; ENGEMANN, C. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Mata Atlântica do Sudeste Brasileiro. **Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, ago. 2011. p. 9-31.

PICKETT, S. T. A.; CADENASSO, M. L. Landscape Ecology: spatial heterogeneity in ecological systems. **Science**, Nova York, v. 269, n. 5222, July 1995. p. 331 -334.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 2.377, de 28 de junho de 1974. **Diário Oficial**, 2 jul. 1974.

SANTOS, A. H. **A História Ambiental na paisagem contemporânea do maciço da Pedra Branca/RJ**. 2007. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia e Meio Ambiente) – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

SIMMONS, I. Landscape and environment: natural resources and social development. *In*: HOLLOWAY, S.; RICE, P.; VALENTINE, G. (Orgs.). **Key concepts in Geography**. Londres: Sage, 2003. p. 305-317.

SOLÓRZANO, A., OLIVEIRA, R. R.; GUEDES-BRUNI, R. História ambiental e estrutura de uma floresta urbana. *In*: OLIVEIRA, R. R. (Org.). **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de mata atlântica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 81-106.

TROLL, C. Ecología del paisaje. *In*: GÓMEZ MENDOZA, J.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. (Orgs.). **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)**. Madri: Alianza Editorial, 1982. p. 465-469.

TURNER, M. G.; GARDNER, R. H.; O'NEIL, R. V. **Landscape ecology: in theory and practice, pattern and process**. Nova York: Springer Science; Business Media, 2001.



VELOSO, J. M. C. **O fazendeiro do Brasil**. Lisboa: Oficina Régia Tipográfica, 1798. Transcrito por A. M. R. Silveira, C. Engemann e R. R. Oliveira.

WATSUJI, T. **Antropología del paisaje**: climas, culturas y religiones. Salamanca: Sígueme, 2006.

Recebido em dezembro de 2011; aceito em março de 2012.